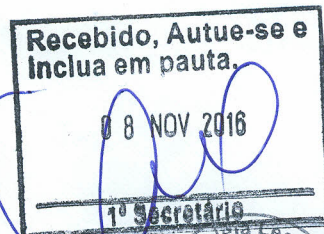




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

08 NOV 2016

Protocolo: 568/16

Processo: 568/16

PROJETO DE LEI  
ORDINÁRIA

Nº

515/16

AUTOR: Deputado Ezequiel Junior

Dispõe sobre a proibição de cobrança de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de Igrejas e templos religiosos de qualquer culto.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

**Art. 1º.** Fica proibida a cobrança do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação – ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz telefone e gás, de igreja e templos de qualquer culto.\*

**Parágrafo único.** Para gozar da imunidade prevista no *caput* deste artigo necessária se faz a comprovação, por parte das Igrejas ou Templos, que o imóvel seja utilizado para o fim institucional a que se destina.

**Art. 2º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 28 de outubro de 2016.

EZEQUIEL JUNIOR  
DEPUTADO ESTADUAL - PSDC

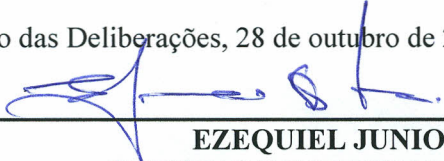
Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.  
Cep: 76.801-911 - 68.3216-3216 - www.ale-ro.gov.br

**DEPUTADOS  
ESTADUAIS**  
Unidos com o Povo  
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: <b>Deputado Ezequiel Junior</b>			
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Deputados!</p> <p>Projeto de Lei em pauta confere as Igrejas e templos de qualquer natureza ou denominação a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços –ICMS incidente sobre as contas de Água, Luz, Telefone e Gás.</p> <p>Considerando que o trabalho desenvolvido pelos templos, na concepção ecumênica, se baseia na solidariedade e auxílio aos menos assistidos, é extremamente oneroso à administração destas instituições tais cobranças de impostos, que poderiam em tese, ser revertidas para ações sociais.</p> <p>Tal medida é de suma importância no sentido de incentivar as entidades e instituições religiosas que muito tem feito pelo bem estar das pessoas e da sociedade.</p> <p>Ressalte-se que a matéria em questão encontra-se amparada pelo disposto no <b>parágrafo 6º do Art.150</b> da Constituição Federal.</p> <p>Impende informar, ainda, que, por unanimidade dos votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3421 ajuizada, com pedido de liminar, pelo governo do Paraná, contra a Lei estadual 14.586/04/PR. A norma, produzida pela Assembleia Legislativa do Estado, previa a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas de água, luz, telefone e gás utilizados por igrejas e templos de qualquer natureza.</p> <p style="text-align: center;">Plenário das Deliberações, 28 de outubro de 2016.</p> <div style="text-align: center;"> <b>EZEQUIEL JUNIOR</b> <b>DEPUTADO ESTADUAL - PSDC</b></div>			

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho|RO.  
Fone: 76 981-011 60 3316 2216 - www.al-arigolandia.ro

